

REVISTA DE
ESTUDOS E
INVESTIGAÇÕES
ANTROPOLÓGICAS

Da cólera ao vírus Zika: notas sobre ciência e conhecimento em tempos de crise

Gabriel Ferreira de Brito¹ 

Universidade Federal de Pernambuco
Recife – PE – Brasil

Resumo

Numa comparação histórica, quais as diferenças entre a epidemia de vírus Zika (2015-2016) de início do século XXI e a de cólera, em fins do século XIX e início do XX? Nos dias de hoje, cientistas da Fiocruz-PE, Instituto Aggeu Magalhães, concedem entrevistas para jornalistas no intuito de esclarecer a população sobre vírus Zika e microcefalia, desaconselhando tudo o que não for comprovado cientificamente. A partir dessa comparação histórica e refletindo sobre os resultados de uma pesquisa que investigou como eram produzidos os fatos científicos no Instituto Aggeu Magalhães, quando o assunto era Zika vírus, este trabalho se propõe a discutir a relação entre conhecimento e ignorância (agnoiology); ciência e “saberes” levando em conta a proposta de simetria em Latour; problematiza o papel dos comunicadores (mídia, neste caso) como “tradutores” da ciência e, por fim, a relação entre saber-poder e arquivo, retomando algumas contribuições dos filósofos Michel Foucault e Jacques Derrida.

Palavras-chave: cólera; Fiocruz; Preto Manoel; saber-poder; vírus Zika.

1 Bacharel em Ciências Sociais pela UFRPE; Mestre em sociologia pela UFPE e doutor em Antropologia pela mesma instituição. Contato: gabriel.fbrito@ufpe.br.

Introdução²

O tema deste artigo é a relação entre conhecimento/saberes e doenças. O recorte específico é sobre a cólera (século XIX) e o vírus Zika (século XXI). Trata-se de uma pesquisa descritiva, baseada, mas nem de longe exaustivamente, em uma pesquisa documental exploratória e numa pesquisa bibliográfica sobre nosso objeto. A pergunta investigativa pode ser enunciada da seguinte maneira: como ocorreram as relações entre saberes (científicos ou não) com a epidemia de Zika hodierna e a epidemia de cólera do século XIX? Nossa hipótese seria a seguinte: assumindo o pressuposto de Michel Foucault (2008: 209) segundo o qual a passagem de um saber para o status (limiar) de ciência ocorreria de maneira difusa e não por etapas lineares pré-definidas, então, assistimos historicamente à consolidação das ciências biomédicas e da saúde como único modo legítimo para lidar com epidemias oficialmente.

O objetivo deste trabalho, portanto, é investigar a relação entre saberes/ciência e epidemias em dois momentos históricos nos quais a sociedade recifense passou: i) epidemia de cólera na segunda metade do século XIX; ii) epidemia de vírus Zika no século XXI. Veremos como a ciência³ ainda não tinha o reconhecimento que ela possui hoje, enquanto instituição; ao mesmo tempo em que outros saberes, como saberes tradicionais, competiam para lidar com doenças. Já atualmente, contudo, percebe-se uma invisibilização de outros saberes devido à autoridade científica e, desse modo, o ambiente urbano – a cidade – parece ser o espaço para o ordenamento social baseado na ciência como uma das instituições responsáveis para lidar com as doenças, produzindo conhecimento para subsidiar políticas sanitárias⁴.

No primeiro momento deste trabalho, analisamos dados primários e secundários em discussão com nosso referencial teórico (Mary Douglas). Em seguida, a análise é feita com os mesmos recursos anteriores, mas acrescenta-se contribuições analíticas de Michel Foucault e Roy Dilley, o primeiro sobre a arqueologia do saber, o segundo, sobre *agnoiology*; na última parte, dialogamos – também criticamente – com Derrida e Latour, no intuito de extrair, do filósofo da desconstrução, lições para indicar possíveis caminhos para pensar na relação entre autoridade, ciência e antropologia simétrica. Como resultado, não propomos soluções, mas esperamos que os

2 Gostaria de agradecer aos pertinentes comentários e sugestões dos/das pareceristas. Tentei incluir as sugestões ao máximo, mas sem alterar a proposta desse texto que, inicialmente, foi elaborado, mas não submetido, à III Reunião de Antropologia da Saúde. De resto, a responsabilidade por falhas ou omissões são minhas.

3 Utilizamos o termo “ciência” como ciência “normal” e suas instituições oficiais.

4 Cabe destaque para a escolha arbitrária dos exemplos que serão utilizados. A escolha visa mais ilustrar algo comum aos períodos selecionados do que realizar uma análise exaustiva de fontes.



dados descritos e interpretados sejam suficientes para subsidiar práticas de integração e diálogo menos bilaterais entre ciência e outras experiências e saberes sobre epidemia.

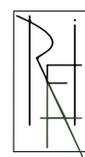
Da lama ao caos ou do caos à lama

Tomando de empréstimo uma conhecida letra do cantor e compositor recifense Chico Science, parece que é possível dar o tom, ou, analogamente, rascunhar numa tela cinza algumas grades de perspectiva para este trabalho cujo cenário não será dos mais acolhedores. Nesse tom fúnebre, ou nesta perspectiva artística, pensemos numa famosa obra da Idade Média européia – *A coroação da virgem*, de Enguerrand Quarton (1454). Jérôme Baschet, historiador francês, comentou essa obra: “[...] Esse retábulo conta de maneira exemplar a **ordem** total do mundo conforme as representações dominantes do fim da Idade Média. Nele, o além pesa esmagadoramente sobre o aqui embaixo...” (Baschet, 2006: 407. Grifos nossos). Ora, diante da ordem religiosa do mundo, existia espaço para o limbo e para o caos, apesar de a ordem total permitir um caminho para sair da lama, do pecado, passando pelo purgatório e chegar, imaculado, ao céu, cuja imagem de Deus se representava por uma pomba branca, como ‘pureza’.

A metáfora do caos à lama também parece se aplicar às pesquisas da antropóloga britânica Mary Douglas de *Pureza e Perigo* (1976[1966]). Para ela a passagem de uma ordem social para outra alterou o modo como lidamos, em nossa sociedade, com a poluição (lama) e com a nossa estrutura social. O que foi significativamente alterado com o advento da bacteriologia:

[...] nossa idéia de sujeira é dominada pelo conhecimento de organismos patogênicos. A transmissão bacteriana da doença foi uma grande descoberta do século XIX. Ela produziu a mais radical revolução na história da Medicina. Isto transformou tanto nossas vidas que é difícil pensar sobre a sujeira a não ser num contexto de patogenicidade... (Douglas, 1976: 50).

Mas, deixemos esses recortes e narrativas por ora. Busquemos episódios que nos permitam trazer informações em primeira mão (dados primários) que nos ajudem a encarar um movimento histórico que possa nos fazer compreender, como um etnólogo buscaria fazer (Lévi-Strauss, 2008: 38), a totalidade das relações presentes a partir de uma reconstituição do inconsciente, do não evidente, não intencional, em, neste caso, fontes documentais de meados do século XIX, ainda na província de Pernambuco. Lemos então a seguinte passagem numa edição do Diário de Pernambuco:



De balde se estabeleceu em Nápoles uma quarentena rigorosa. A cidade foi cercada de cordões sanitários; os doentes eram desapidadamente arrancados de seus leitos e transportadas para um hospital apartado de toda a habitação; os médicos recorreram as ruas, cobertos desde os pés até a cabeça de saccos de encerado, aos quaes tinham sido adoptadas vidros na altura dos olhos. Estas medidas espantosas excitaram um terror tão grande, que em pouco tempo 30,000 habitantes fugiram; **a população, persuadida que os alimentos estavam envenenados, começava a sublevar-se**, e o rei para aplacar o tumulto passeiou pelas ruas as mais infectadas, comeu publicamente do pão, cuja qualidade era suspeita, e suspendeu as medidas sanitarias a que tinha subgeitado os Napolitanos... (Diário de Pernambuco, 1850: 2. Grifos meus)⁵.

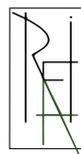
Primeiro, atentemos para o registro: um jornal que comunica⁶ um artigo publicado originalmente no Times (EUA). Segundo, trata-se de uma notícia cujas fontes são precárias. O autor descreve uma sequência de acontecimentos que cobrem o primeiro registro de cólera, no continente europeu, e tenta estabelecer correlações sobre deslocamentos da epidemia para tentar compreender a etiologia da cólera (do *cholera*). Terceiro, apesar da carência de fontes, salta à vista a relação entre a epidemia circulando e os efeitos observados: “a população, persuadida que os alimentos estavam envenenados, começava a sublevar-se”. Se essa fonte primária não nos traz confiança e precisão, a disciplina da história nos pediria maior rigor (Luca, 2008: 117). Não nos furtaremos desta tarefa, mas caminhemos apenas um pouco e observemos a partir de outro critério, no intuito de compreender o meio social, o suporte, em que é comunicada a matéria sobre cólera. Para tanto, recorremos por ora a uma fonte secundária que tratou dados do Relatório do estado sanitário da província de Pernambuco:

O antagonismo entre médicos de formação europeia, e, geralmente, brancos quando não europeus – pois na primeira metade do século XIX foram vários os médicos ingleses e franceses no nosso País – e os curandeiros de formação africana ou indígena, às vezes, em nosso País, a mais clara expressão de luta entre classes, entre raças ou entre culturas. **Destaque-se, como típico, o caso do “preto Manoel” que, no Pernambuco do meado do século XIX**, extremou-se em dramático conflito aparentemente entre brancos e pretos [...] (Freyre, 2003: 639. Grifos meus).

Nesta passagem do célebre e igualmente criticado Gilberto Freyre, começamos a identificar um cenário cujo clima se observava um conflito racial entre médicos (ciência) e curandeiros

5 História do *cholera morbo*. Diário de Pernambuco, PE, 2 jab, 1850. Edição 000001 (1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_03/2. Acesso: 30 jul. 2019.

6 Na comparação que aparecerá com a epidemia de Zika, o papel da imprensa, mas não somente, como comunicadora, será enfatizado em relação ao deslocamento de fatos que circulam pela sociedade, influenciando-a. Uso comunicação no sentido sociológico de Brito (2019) e não no sentido oriundo da área de comunicação.



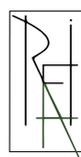
(saberes). Notemos o século: primeira metade dos 1800, em Pernambuco. Mas, mais importante, como veremos a seguir, qual a doença que chegaria à nossa paisagem?

[...] Permitiu-se a Manoel, curandeiro africano, tratar de doentes de cólera no próprio hospital de Marinha do Recife. Tendo, porém, falecido vários enfermos sob seus cuidados, foi ele “advertido pela polícia de que não devia empregar mais o seu remédio”. Desobedecendo a essa exigência, recolheu-o a polícia à Casa de Detenção. São informações do médico-presidente da Comissão de Higiene Pública... (Freyre, 2003: 639).

Trata-se da cólera que, na informação do jornal *Times*, circulava por Nápoles e que trazia um efeito possível de “sublevação”; em Freyre, vemos um novo conflito ou ameaça à ordem social com o caso de Manoel, africano curandeiro. Não apenas isso é comum, mas a relação entre autoridade, exercício de práticas ‘médico-curativas’, para lidar com outras pessoas (doentes). No caso de Nápoles, os doentes eram “arrancados de seus leitos” e “jogados em Hospitais”. O governante então apareceu, para acalmar os ânimos e retirou a quarentena. Já em Pernambuco, é a polícia que representa a autoridade nestas passagens e se, a princípio, permitiam o africano Manoel exercer sua cura, é porque as circunstâncias da época eram favoráveis. Muito diferentes das de hoje, como veremos. Todavia, na medida em que sua cura parecia ineficaz, o advertiram; na desobediência, Manoel foi preso. Poderíamos arriscar então assumir que a autoridade parece se manifestar em ambos os exemplos, ora em um corpo e em uma instituição social; ora noutra e noutra instituição? Isso parece evidente, mas não mais importante do que compreender algo que não aparece com tanta evidência – e esse seria o interesse, digamos, mais antropológico neste momento: a relação entre saberes e a ordem social. Mas, antes de analisar as implicações decorrentes de uma abordagem pragmática sobre conhecimento e poder, será preciso refletir sobre o que implica definir algo como conhecimento e algo como ignorância.

Conhecimento e ignorância

Quando falamos do caso do “Preto Manoel”, a partir de Freyre, na segunda metade do século XIX, tínhamos determinadas *práticas* acontecendo ao mesmo tempo: i) epidemia vitimando pessoas; ii) o Estado, na figura da medicina, lidava com as vítimas em hospitais mantidos pela Marinha do Brasil; iii) curandeiros, como o Preto Manoel, lidavam com as mesmas vítimas da epidemia em questão.



Agora vejamos outro caso. No ano de 2016, diante de outra epidemia, a do vírus Zika, um pesquisador do Instituto Aggeu Magalhães, Fiocruz-Recife, foi entrevistado por um jornalista. Na entrevista o pesquisador foi indagado sobre como lidar com o vírus Zika:

Jornalista - As receitas caseiras podem ser usadas para o tratamento da zika?
Leonardo Menezes - Não. **As receitas que não têm validade do ponto de vista científico.** Como membros da academia da ciência, a gente não pode recomendar uma intervenção deste tipo. Assim como no caso de repelentes [grifos meus]⁷.

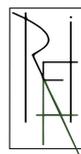
Neste segundo momento, diferente do caso do Preto Manoel, no século XIX, nos deparamos com uma assimetria: ciência e “receitas caseiras” não desfrutam de um mesmo *status* social. Se no primeiro momento (cólera) saber e não-saber (ignorância) são complementares, no caso seguinte (Zika), o julgamento científico sobre práticas alternativas como repelentes e receitas naturais é antagônico. Não que não existisse discriminação sobre as práticas de Manoel, mas atuar, nos dias de hoje, dentro de uma instituição oficial seria algo impensável.

Em um interessante artigo sobre a relação entre conhecimento e ignorância a partir de um estudo de caso realizado no Senegal, com artesãos, em contraste com administradores franceses de uma colônia no Oeste da África, Roy Dilley (2010), da *University of St. Andrews*, nos diz que a construção do que significa conhecimento coproduz relacionalmente seu oposto: a ignorância. Neste sentido, ao invés de nos perguntarmos sobre *o que significa conhecimento*, deveríamos desviar nosso olhar para as relações práticas que tornam algo conhecimento, pois a consequência desse processo gera um efeito político sobre a sociedade em geral.

Noutro interessante artigo, já não é a ignorância que está em questão, mas os efeitos práticos que são observados quando definimos algo como conhecimento. Para um antropólogo da *University of Western Australia*, James Leach (2012), determinar o que significa conhecimento implica, também, o fato de que reconhecer algo como conhecimento gera efeitos práticos (*effectiveness*) sobre a realidade e seriam esses efeitos que deveriam ser observados. Em seu caso, ele realizou uma etnografia de rituais realizados em jardins na Papua Nova Guiné e, por conseguinte, observou quais os efeitos ecológicos e sociais decorrentes dessas *práticas*.

Em nosso caso, o que podemos observar é que no caso de Manoel (acima), e no caso da entrevista (Leonardo), estamos diante de efeitos completamente diferentes. Isto é: do ponto de vista social – quer dizer: das associações mobilizadas ou, pelo contrário, das redes cortadas – observamos que mesmo que ciência e “saberes” estejam, primeiro, sendo avaliados de modo mais

7 Fonte: AFN. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/especialistas-esclarecem-algumas-duvidas-sobre-ovirus-zika-e-microcefalia> . Acesso: 09 fev. 2025.



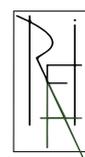
pragmático no passado, já que o curandeiro foi autorizado a realizar sua cura dentro de uma instituição oficial; no segundo caso, apenas a ciência é reconhecida como *eficaz* para realizar o adequado tratamento da epidemia de Zika.

A eficácia, por sua vez, é exatamente o que, segundo Leach (2012), seria o ‘termômetro’ que avaliaria os efeitos de conhecimento. Em outras palavras: a efetividade – se algo funciona ou não – e quais as chances de se alcançar e repetir bons resultados é que entra em questão para reconhecer e sancionar uma produção de conhecimento. Neste caso, isso significa dizer que aparentemente, no caso da cólera, no século XIX, “tudo valia”, pois, de um lado, tínhamos a ciência “dos brancos” e do outro, as “feitiçarias” de Manoel. Atualmente, no entanto, a pergunta da jornalista sobre o uso de “receitas caseiras” não respondida na negativa pelo cientista, já que apenas o que é reconhecido pela comunidade científica seria adequado para o combate a atual epidemia de Zika.

O resultado do reconhecimento da ciência, de um lado, é o desprezo pelo que não é científico, do outro. Essa equação, contudo, não pode ser cristalizada ou essencializada. Daí o foco sobre uma abordagem empírica radical, pois as relações que produzem a ignorância e o conhecimento é que precisam ter seus efeitos catalogados, não autorizando, portanto, um método indutivo que sobredetermine os dados, forçando-os a se tornarem evidências de relações nem sempre observáveis. Destarte, cabe fazer o que Latour sugeria: “seguir os atores” (2012, *passim*). Ao fazê-lo, precisamos sempre identificar se os efeitos estão repetindo funções ou se eles estão modificando papéis entre os atores. Exemplo: de Manoel até a entrevista citada, observemos dois casos distintos cujas práticas redistribuíam autoridade e conhecimento relacionalmente conforme as epidemias em questão.

Diferente do artigo de Dilley (2010), que destacava como a construção do que significava conhecimento ao mesmo tempo produziria seu oposto, a ignorância, no nosso caso, não observamos *a ignorância* em operação, mas um efeito político, de saber-poder: o saber não científico foi desqualificado em relação ao saber tornado ciência. Isto é: um possível saber “tradicional” não pode ser reconhecido como um conhecimento válido; o que é o mesmo que relegá-lo à ignorância, ao não saber (não ciência).

Dilley (2010) distingue dois termos para ignorância: o primeiro é representado, no inglês, pela palavra *ignorance*, do latim *ignorâre*, que remete a perceber ou conhecer algo pelos sentidos; o segundo vem de *nescience*, que resulta conhecer pela mente, não pelos sentidos. Dilley opta pelo *nescience*, mas existe o não saber involuntário e o não saber de propósito, deliberado, como “fingir



que não sabe”. Neste caso, Dilley aponta para o que acontece quando deliberadamente ignoramos algo e como isso tem consequências práticas. Para o autor, na teologia cristã, por exemplo, um pecador que conhece o pecado e o pratica é pior que um pecador que o desconhece. Isso significa que o desconhecer involuntariamente é passível de perdão, enquanto o desconhecer voluntariamente e, ainda assim, cometer um pecado é algo moralmente mais condenável. Mas nos casos observados, o que podemos concluir?

Percebemos limites para falar em *agniology*, já que não conseguimos observar nada além do que os dados permitem evidenciar. Quando o pesquisador entrevistado desaconselhou o uso de qualquer prática medicinal alternativa em relação ao vírus Zika, ele, conseqüentemente, estabeleceu uma relação com os comunicadores (jornalistas e os objetos técnicos de audiovisual) cujo efeito foi fixar uma conectividade (Latour, 2012) científica com a população; ao mesmo tempo que mantinha a si e a população num estado de ignorância (*nescience*) relativo às outras práticas medicinais.

No passado, os dados permitem dizer que o não conhecer (*nescience*) a cura para a cólera, não significou ignorar as práticas curandeiras de Manoel; o mesmo não ocorre no caso da Zika – o cientista em questão não conhece a eficácia das práticas, ainda assim, sumariamente, as desqualifica, as desautoriza. O que remete a uma única e simples relação: a de saber-poder do discurso científico (Foucault, 2008).

Por outro lado, é necessário compreender melhor como ocorre à associação entre ciência, política e comunicação com nosso coletivo ou, em termos comuns, como uma prática situada em um local modifica a sociedade. Além disso, observaremos, no final, como essas diferenças sobre conhecer e discursos acabam velando um assunto caro à antropologia: sobre ontologia e, portanto, aos diferentes modos do ser.

Reconhecendo o conhecimento científico

Em uma pesquisa sociológica realizada sobre a produção de fatos científicos sobre vírus Zika no Instituto Aggeu Magalhães (AM) (Brito, 2019) foi identificado que de um total de 190 fontes de financiamento do AM até o ano de 2016, 67,89% (129) provinham de agências de fomento, como CNPq, Capes e FACEPE; enquanto apenas 1 (0,53%) projeto vinha de parcerias privadas. A partir da análise de dados provenientes dos currículos lattes de 56 pesquisadoras/es vinculadas/as ao departamento de entomologia do AM, que na época inovava ao sequenciar o vírus Zika por meio da técnica de PCR e, ainda, identificando correlação (*in vitro*) do Zika com a



espécie de mosquitos *Culex quinquefasciatus* (Guedes *et al.*, 2017; *Cf.* também Krovovsk *et al.*, 2018), mais de 50% das bolsas de pesquisa eram provenientes de investimento do governo estadual via agência de fomento, a FACEPE, enquanto os outros 49% provinham de salários e outras fontes, com 1 caso de pesquisa sem bolsa⁸.

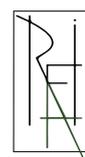
À guisa de ilustração da produção científica internacional sobre vírus Zika, num dos principais bancos de pesquisa sobre da área de Saúde e Medicina, o *PubMed*, encontramos os seguintes dados: em 2014, um ano antes da epidemia de Zika, existiam 23 trabalhos publicados sobre o tema; em 2015 foram 37; em 2016, 1654; em 2017, quando o surto já estava sob controle, foram mais 1674 trabalhos (Brito, 2019: 56). Não é necessário um gráfico pra ilustrar esse vertiginoso avanço da produção científica sobre o assunto. Mais ao que interessa, estamos diante de uma relação entre ciência e doenças que resulta do reconhecimento social do conhecimento científico.

Mary Douglas nos lembra que o modo como lidamos com a poluição, diferente de culturas em que os rituais religiosos permitiriam compreender a relação entre poluição, normas e convenções sociais (1976: 50) foi transformada pelo desenvolvimento da bacteriologia no século XIX. Apesar de nossa abordagem se deslocar para as práticas e, de modo geral, para uma antropologia da ação, não da estrutura ou do interpretativismo, não podemos discordar das informações de Douglas. Diante de nossos dados, parece que temos evidência de que um efeito da produção do conhecimento científico, reconhecido, é o estabelecimento de associações sociotécnicas (Latour, 2012) com o Estado.

Novamente Foucault (2008) antecipou a relação entre saber-poder quando investigou, neste caso, mas não apenas, o desenvolvimento da ciência. Para ele, podem existir saberes que são independentes das ciências; mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma (*ibidem*: 205). Neste sentido, sem nos concentrarmos no discurso, mas nos efeitos das práticas – sendo o discurso parte destas práticas –, trata-se de destacar como o poder perpassa a ciência ou, noutras palavras, resulta em efeitos diversos por meio da mediação científica em sua relação com a doença.

É preciso nos lembrar de que Foucault distinguia o saber da ciência da seguinte maneira (e veremos que essa distinção, apesar de útil, é ignorada quando abandonamos as particularidades das práticas e as homogeneizamos em estudos das “práticas”): podemos conceber *limiaries* discursivos em suas cronologias em relação aos saberes e à ciência. No primeiro limiar: a) em algum

⁸ Importante esclarecer que foram apenas 30 casos válidos de 56 currículos (*Cf.* Brito, 2019: 84).



momento, quando um discurso alcança autonomia e quando ocorre certa coesão de enunciados em relação a esse saber, permitindo sua mudança, Foucault o chama de limiar de positividade (*ibidem*: 209); b) quando a coesão adquire certa repetição, com regras e normas, como se algum critério permitisse uma “fiscalização” ou “função dominante” sobre outros enunciados – diríamos práticas –, então se alcançaria um limiar de epistemologização (Foucault, *loc. cit.*); somente quando essa “figura” epistemológica adquire uma padronização com suas leis próprias, independentes de sua própria formação, se alcançaria, finalmente, um limiar de cientificidade (Foucault, *loc. cit.*). Tal modelo nos ajuda a descrever a ciência como diferente de outros saberes?

A primeira resposta provém de nossos exemplos anteriores, da entrevista: o pesquisador do AM repudia sumariamente outras formas de se lidar com o vírus Zika – pois não pretende submeter saberes alternativos às normas científicas. Desse modo, quando nos lembramos que a ciência possui regras e padronizações cuja ‘comunidade científica’ pode lançar mão para iniciar controvérsias científicas, parece então que estamos diante, de fato, de *um limiar de cientificidade entre cientistas*, mas o acesso a essa ‘comunidade’ não está aberto para outros saberes que, ao que parece, não correspondem nem ao *limiar de positividade* descrito/criado por Foucault (*loc. cit.*).

Algo muito diferente ocorreu na época em que Manoel foi chamado “às pressas” para o interior do hospital recifense mantido pela Marinha do Brasil. Na época, poderíamos dizer, a ciência seria classificada dentro de um limiar epistemológico, já que ainda estava tentando descobrir a cura para a cólera, mas sem sucesso. Nas palavras de Foucault (*loc. cit.* Negrito nosso, itálico do autor): “[...] Quando no jogo da formação discursiva um conjunto de enunciados se delinea, pretende fazer valer (**mesmo sem consegui-lo**) normas de verificação e de coerência [...] Diremos que uma formação discursiva transpõe *um limiar de epistemologização*”.

Para que se sinalize o contexto em que a ciência se desenvolvia no Brasil, em um relato posterior à descoberta da cura para a febre amarela, encontramos uma fonte primária que permite perceber como existia uma tentativa na época de associar a ciência à política. Numa crítica dirigida aos defensores da Independência do Brasil, lê-se o seguinte:

Como e por que ganhou o Brazil o maior cliente de sua principal cultura: do café? Porque foi precisamente, a proposito de imposto sobre o chá, que a revolução para a independencia norte-americana começou. O café, sucedaneo do chá, achou o campo desembaraçado de seu concorrente. Não é preciso insistir em arrombar esta porta. A sério, de boa fé, ninguém dá argumentos dessa ordem. Em um discurso justamente celebre, o sr. Lauro Muller, querendo achar meritos especiais para o



reajimen presidencial, descobriu que foi ele quem tornou possível a extinção da febre amarela no Rio de Janeiro⁹.

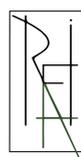
A cura para a febre amarela, decorrente do desenvolvimento da bacteriologia, andou lado a lado com o desenvolvimento sanitário brasileiro e é normalmente atribuída a Oswaldo Cruz (Cf. Benchimol, 1999). No entanto, quando enfatizamos a bacteriologia e seu desenvolvimento, parece que ela exerceu a função literária do deus *ex machina* da dramaturgia grega – isto é, temos a impressão de que a bacteriologia surgiu como por força do destino, pondo um fim no infortúnio dos enfermos. Num importante estudo do desenvolvimento da bacteriologia e dos conflitos entre médicos de diferentes áreas, um historiador da Fiocruz nos diz o seguinte:

[...] Antes deles [memoralistas], reinavam os preconceitos, as crenças errôneas da higiene dos **miasmas**. Com a criação de Manguinhos e a ascensão de Oswaldo Cruz à chefia da Saúde Pública, tanto a medicina social como a clínica privada ganharam fundamentos científicos. Para reforçar a impressão de que a história começou a ser escrita da estaca zero, em tábula rasa, raramente são mencionados trabalhos experimentais, laboratórios e médicos no Brasil que tivessem deixado uma marca, uma referência teórica de valor no período antecedente. Nem sequer o conceito de “regeneração”, que teve largo curso na historiografia de Pereira Passos e da remodelação urbana do Rio, subentendendo uma matéria preexistente, vingou na mitologia do saneador da cidade [Oswaldo Cruz]. (Benchimol, 1999: 9. Grifos meus).

Essa fonte secundária nos traz uma surpresa: desfaz o mito de que a bacteriologia surgiu para acabar, por exemplo, com diversas práticas sem que existisse qualquer campo científico já instaurado no Brasil antes dela. Por outro lado, quando grifamos o termo “miasma” na citação, foi porque noutra fonte, sobre febre amarela, encontramos “acidentalmente” um relato que contava como, no mesmo século, a política, apartada da ciência, lidava com o assunto:

O naturalista inglês Henry Walter Bates chegou a Belém em 1851, encontrando a cidade, “dantes salubre e alegre, desolada por terríveis epidemias”. Grassavam na cidade a febre-amarela e a varíola. O mal amarílico ainda se prolongava depois de ter vitimado quase cinco por cento da população. Registrou que entre as medidas sanitárias tomadas pelo Governo, havia uma muito singular, de dar tiros de canhão nas esquinas das ruas para purificar o ar. Bates ouviu de algumas pessoas que durante várias tardes sucessivas, antes de irromper a febre, a atmosfera era densa, e que um escuro nevoeiro acompanhado de forte bodum, ia de rua. Êste vapor foi chamado mão da peste, e era inútil procurar persuadi-las da convicção de que êle fôsse precursor da pestilência (Franco, 1969: 29).

9 Todas as opiniões: o regime presidencial [sic] II. **Diário de Pernambuco**, PE, 15 mai, 1913. n. 108. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/800643/15992>>. Acesso: 30 jul. 2019.



Percebemos que as fontes citadas nos permitem analisar os dados de modo com que validemos a interpretação de Foucault (2008) sobre diferentes saberes agindo em uma mesma época e, ao mesmo tempo, também observamos que não havia uma coesão, um *limiar de cientificidade*. O que observamos, nestes termos, seria um limiar epistemológico fomentando o desenvolvimento dos saberes de uma época. Mais tarde, no início do século XX, a história se escreveu associando um não-humano, a febre amarela, a figura de Oswaldo Cruz e da bacteriologia, dando a impressão de que o campo da saúde foi o campo que desenvolveu a ciência no Brasil (Cf. Silva e Angerami, 2008). Mais tarde, em nossa época, parece que chegamos a um momento em que as ciências, ao menos da saúde, alcançaram em nossas terras o limiar de cientificidade e formalidade. Portanto, partilham não apenas de um reconhecimento local, regional, ou mesmo internacional, mas o *status* de uma ciência partícipe da *episteme* de nossa “época”. Não é preciosismo lembrar a definição de *episteme* para Foucault:

[...] Por *episteme* entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estar defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mas distintas. A *episteme* não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas. (2008: 214).

Finalmente, podemos concluir esta parte destacando que o que observamos foi um processo histórico no qual a ciência da saúde, no Brasil, veio desde o século XIX até o XXI constituindo-se como um saber institucionalizado, autônomo, formalizado, com seus protocolos, leis de verificação e metodologia própria. Em contrapartida, outros saberes foram sendo invisibilizados, desautorizados, marginalizados ou sumariamente excluídos. Falta ainda uma última consideração para ratificar a autoridade científica. Derrida será nosso interlocutor.



Do reconhecimento do conhecimento científico à comunicação

Como recurso retórico para iniciar esta parte final, contrastamos Latour e Derrida. Mas antes, vejamos como no início da carreira, Latour utilizava Derrida como referencial teórico em sua etnologia de um laboratório científico:

Neste capítulo [primeiro], seguiremos as atribuições de um personagem fictício, o “observador”, que escolhe a noção de inscrição literária [nota de rodapé 2]: A noção de inscrição literária, tomada de empréstimo de Derrida (1967) designa uma operação anterior à escrita (Dagonet, 1973, 1984). Ela serve aqui para resumir os traços, tarefas, pontos, histogramas, números de registro, espectros, gráficos etc. Ver Latour e Noblet, 1985.] como princípio organizador das primeiras observações no laboratório (Latour e Woolgar, 1997[1979/1986]: 37).

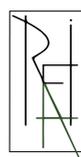
Aproximadamente doze anos mais tarde, Latour critica aquele que o influenciou no passado (abaixo) e, ainda, atualiza o conceito de inscrição literária para o de “móveis imutáveis” (Latour, 2000). Vejamos:

Os críticos desenvolveram três repertórios para falar de nosso mundo: a naturalização, a socialização, a desconstrução. Digamos de forma rápida e sendo um pouco injustos, Changeux, Bourdieu, Derrida. Quando o primeiro fala de fatos naturalizados, não há mais sociedade, nem sujeito, nem forma do discurso. Quando o segundo fala de poder sociologizado, não há mais ciência, nem técnica, nem texto, nem conteúdo. Quando o terceiro fala de efeitos de verdade, seria um atestado de grande ingenuidade acreditar na existência real dos neurônios do cérebro ou dos jogos de poder [...] (Latour, 1994[1991]: 11).

Curiosamente, quinze anos mais à frente, vinte e sete anos depois de *Vida de laboratório...* vemos uma volta após o “divórcio” (e esse será o momento mais oportuno para sustentar a aproximação de Latour com Derrida):

Tal deslocamento do ideal para o material pode ser estendido à informação. Prover uma peça de informação é a ação de colocar algo dentro de uma forma [nota 206 [...]]. Mas, agora, a palavra assume um sentido mundano, muito prático: ela pode ser um pedaço de papel, um documento, um relatório, um relato, um mapa, seja o que for que realize o feito incrível de transportar um local para dentro de outro sem deformação através de transformações massivas. [nota 307: Há uma rica literatura sobre “forma”, inclusive Jacques Derrida (1998), *Of Grammatology*; [...] Derrida nunca deixou de refletir sobre o estranho tipo de materialidade implícita nos arquivos – ver Derrida (1995), *Archive Fever: A Freudian Impression* [...] (Latour, 2012[2005]: 321).

Em síntese: inscrições literárias captam o momento em que um conjunto de práticas se condensam em um material; no segundo, a crítica – reconhecidamente injusta – resume Derrida ao



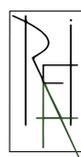
discurso e à desconstrução, ou ao texto em sentido amplo, como narrativa; no terceiro, a forma é ligada ao material novamente, como os arquivos investigados filosoficamente por Derrida.¹⁰ É essa relação entre materialidade e discurso que nos permitirá vincular não apenas esses dois, mas também todo aporte teórico anterior, de Douglas a Dilley, pois são os efeitos materiais organizados por práticas discursivas que mais nos interessam.

Derrida distingue a memória do arquivo, basicamente, pela eminente materialidade técnica do segundo (2001). Mas, ao mesmo tempo, insiste na ideia de que a impressão sobre o arquivo não apenas possibilita o registro, o arquivamento da memória – um princípio econômico, de acúmulo –; como também um princípio de perda, de apagamento do arquivo – uma *hipomnése* arquivada. Na medida em que algo é impresso sobre o arquivo, outra possibilidade se perde. A isso Derrida lembra da pulsão de morte freudiana, segundo a qual existiria uma pulsão que não seria como os princípios de prazer e de realidade freudianos, mas uma pulsão invisível, disfarçada sob tais princípios, e que tenderia para a autodestruição, para a negação da própria *psiquê*. Assim ocorreria com o arquivo: arquivar é também esquecer.

O segundo pressuposto do arquivo, junto a sua materialidade técnica, é que ele não existe sem um lugar de registro, de guarda, de reunião, de *consignação*. Isto é, o arquivo precisa ser depositado e vigiado, conservado, mantido. Este ato de consignar, por sua vez, chama a atenção para a presença da autoridade hermenêutica competente para sua exegese e, ao mesmo tempo, para assegurar que o arquivo não caia na heterogeneidade hermenêutica. Em outras palavras: o arquivo não é democrático. Ele não poderia sê-lo, sob pena de que cada interpretação nova sobre ele, sem um consenso interpretativo que o funde e o delimite, como um exergo que marca um tema, um assunto, uma área, o arquivo cairia na anarquia, apagando a si próprio, cedendo ao princípio do mal de arquivo. Daí que toda interpretação do arquivo traz em potência o risco de sua ruína.

Em nossa abordagem, esses princípios precisam ser testados – tal como fizemos com os *limiars* de Foucault. Se não reduzimos as práticas às formas e ao discurso, então precisamos situar o arquivo que estamos falando e, por conseguinte, sobre qual tema (exergo) e consignação (reunião) estamos nos referindo. Será essencial, no entanto, acionar nosso conceito de comunicadores, tanto para nos distinguir de Latour e Douglas quanto de Derrida, mas sem esquecer-los.

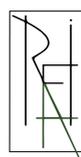
10 Existe uma crítica às ‘assimetrias’ de Latour, segundo a qual ele, ao longo de sua carreira, acabou comprometendo, em certos momentos, cada uma das suas abordagens ao cair ora na rede como texto (discurso), ora no signo como caixa-preta, portanto, como tecnicista, entre outras (Bachur, 2016).



O primeiro ponto a se destacar para afastar dúvidas é que quando Douglas (1976) fala de rituais, experiência e percepção, ela não estava preocupada em seguir as associações e transformações em que humanos e não-humanos se submetem ao serem deslocados entre espaços diferentes. Portanto, introduzir Latour permite “seguir os atores” e acompanhar esse deslocamento, em formato de rede (1994; 2001; 2012). Em segundo lugar, quando Derrida fala de arquivo, ele também não faz o que um etnólogo ou etnóloga faria, observar a construção do arquivo, sua guarda, seu registro, a consignação e a manutenção dele. Terceiro, quando Latour traz suas redes após suas idas e vindas com Derrida, além de incluir a materialidade discursiva que, novamente, um filósofo, como Foucault, não fez, apenas conjecturou, ao falar em práticas discursivas, ele segue associações em rede, em movimento, mas não enfatiza o papel da comunicação fora de circuitos de rede. É essa lacuna, precisamente, que tentamos preencher ao falar de comunicação e de efeitos independente de formatos.

O reconhecimento científico não ocorre sem que a comunicação esteja operante. Não basta existir a bacteriologia ou um Oswaldo Cruz para impedir que outro saber, como o de Manoel, estivesse num mesmo ambiente hospitalar fornecendo alternativas (com ou sem sucesso, assim como a medicina da época) para curar epidemias. O reconhecimento é fruto de interações e estas, por sua vez, dependem de uma sutil relação entre autoridade e experiência. Vejamos um exemplo prático. No ano de 2017, pesquisadores da Fiocruz e de outras instituições discordaram sobre a capacidade vetorial da espécie *Culex quinquefasciatus* para transmitir o Zika. Enquanto no Recife a capacidade vetorial foi confirmada dentro de laboratórios; no Rio de Janeiro, isso não aconteceu. Por outro lado, quando jornalistas entrevistaram uma das pesquisadoras responsáveis pela pesquisa em Recife, a notícia foi logo comunicada para a população (Cf. Brito, 2019). Como podemos compreender essa situação?

No primeiro caso, podemos dizer que o arquivo científico, cujo tema era Saúde, estava sendo interpretado pelos seus intérpretes legítimos, a autoridade hermenêutica (Derrida, 2001). Diferentes laboratórios estavam produzindo experiências e comunicando seus resultados para círculos hermenêuticos que poderiam interpretá-lo, contestá-los. A possibilidade de uma interpretação era justamente apagada pela outra interpretação. O arquivo sobre Zika, portanto, encontrava-se aberto, sob o escrutínio da reinterpretação. E é aqui que nossa abordagem depende das contribuições de Latour (2012), pois caso ficássemos apenas com Derrida, estaríamos presos, possivelmente, num *loop* interpretativo *ad nauseam* – sem dados empíricos e observação participante, não avançaríamos.



A partir de Latour (2012), escolhemos seguir as associações. Percebemos, assim, que a experiência decorrente de uma rotina é comunicada para diferentes audiências. Se no caso dos intérpretes legítimos encontramos periódicos em que se publicam e se indexam novas páginas ao arquivo Zika, o mesmo não aconteceu quando a audiência em questão era a população. A rede *sociotécnica* chega à sociedade? As experiências de laboratório são comunicadas, mas como a experiência individual pode nos mostrar quais efeitos os fatos produzidos geram sobre pessoas fora da rede? É aqui que a mediação de comunicadores vem para o primeiro plano.

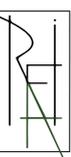
Nos resultados da pesquisa que embasou esse artigo, seja na dissertação ou em outras publicações, é justamente a complexidade do desenvolvimento da rede que foi analisada. Seja da confecção de armadilhas levadas a áreas afetadas pela epidemia, até a análise dos mosquitos em laboratório, passando por todo o processo que leva a testes como o de PCR, produção de artigos científicos, entrevistas dadas a jornalistas que “traduzem” o linguajar técnico e deslocam fatos científicos para cada residência¹¹.

Não é incomum ouvir críticas à ‘ideologia’ e ‘alienação’ de certas emissoras de TV, de filmes etc. No entanto, o rigor com os dados parece essencial para que possamos, com efeito, identificar quais foram as alterações provocadas sobre a população. Do contrário, estaremos recaindo nas antigas limitações funcional-estruturalistas que, por exemplo, em Douglas aparecem quando a sistematização de uma estrutura se impõe sobre os indivíduos, sendo suas experiências um meio para se refletir sobre a ordem social e, conseqüentemente, elidindo essas mesmas experiências nos resultados da pesquisa (desaparece o agente, emerge uma estrutura via relato textual).

O outro aspecto referente à comunicação se refere à possibilidade interpretativa do arquivo. Se a comunidade de cientistas detém a legitimidade para interpretação do arquivo, a população não está autorizada a interpretar o arquivo a partir de suas experiências pessoais. Em 2016, outras experiências apontavam para a associação entre agrotóxicos ou vacinas vencidas como causadores do surto de microcefalia (Cf. Brito, 2019). Mais tarde, um artigo de antropólogas da UnB trazia relatos de pessoas que não acreditavam que se tratasse de Zika, apenas dengue fraca (Carneiro e Flesicher, 2018). Alternativas para lidar com o Zika, como vimos neste artigo, foram sumariamente excluídas. O que parece ratificar a interpretação derridiana sobre autoridade hermenêutica e arquivo (adicionamos: e experiência).

Neste ínterim, é preciso apenas dizer que quando falamos em comunicadores, não estamos nos referindo a “meios de comunicação”, mas a um conceito cujo objetivo é nos ater aos elementos

11 Notar o papel da agência não-humana nessa rede.



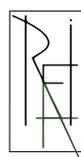
humanos e não-humanos que assumem a função de transportar experiências e acontecimentos de um local para outro. Assim, podemos segui-los e, possivelmente, identificar se houve ou não efeito sobre as práticas de agentes em outros locais. O que importa é dar atenção para a mediação que ocorre em cada ambiente, pois a ação pode pressupor mudança, mas não significa que toda ação gere um efeito esperado: ela pode simplesmente ser ignorada, assim como pode gerar efeitos contrários.

Considerações finais

Neste artigo, analisamos como ocorreu a relação entre duas epidemias com diferentes saberes em dois momentos históricos distintos. A partir de um esforço teórico de contrastar diferentes abordagens, inclusive de “paradigmas” distintos, tentamos reconhecer contribuições e limites para avançar diante dos dados que analisamos. Ao fazê-lo, defendemos um empirismo radical, pragmático, baseado, de modo geral, no que há de mais autêntico na antropologia, a análise em primeira mão, a observação participante. Ao mesmo tempo, nos concentramos nessa relação entre antropologia e filosofia, sem deixar de prestar o devido reconhecimento à contribuição da historiografia.

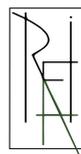
No que toca o debate pós-colonial, é preciso destacar que esta pesquisa fornece subsídios para que outros/as possam antropológica e sociologicamente avançar. Neste sentido, por exemplo, poderíamos nos perguntar se quando utilizamos a antropologia simétrica e estudamos “o centro”, não a “periferia”, se não estaríamos realizando uma contribuição pertinente na medida em que questões novas poderiam surgir, tal como a seguinte: como aproximar a ciência e seus laboratórios, de outras práticas que, segundo relatos, poderiam ser utilizadas também no combate ao vírus Zika por meio, por exemplo, da prevenção (repelentes)?

Por fim, sinalizamos para um caminho aberto de pesquisas, não de certezas. A nossa intenção foi descrever os momentos históricos e interpretá-los a partir de diferentes olhares teóricos com base em dados sólidos, não conjecturas. Esperamos, portanto, ter conseguido confirmar nossa hipótese, segundo a qual, e com base nos *limiares* de Foucault, assistimos historicamente ao reconhecimento científico como única forma de se lidar, atual e oficialmente, com epidemias (quiza pandemias).



Referências

- BACHUR, João Paulo. 2016. *Assimetrias da antropologia simétrica de Bruno Latour*. RBSC, vol. 31, n 92: 1-12. out. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsoc/v31n92/0102-6909-rbsoc-3192092016.pdf>. Acesso: 17 mar. 2018.
- BASCHET, Jérôme. 2006. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. Tradução: Marcelo Rede, Prefácio: Jacques Le Goff, São Paulo, Editora Globo.
- BECHIMOL, Jaime L. 2019. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, UFRJ. 500 p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso: 8 jan. 2019.
- BRITO, Gabriel Ferreira de. 2019. *Zika vírus: uma pesquisa sobre a participação da Fundação Oswaldo Cruz no combate à epidemia de Zika*. Mestrado. Dissertação. Recife, UFPE.
- CÂMERA, Aline; BOECHAT, Nara. 2016. *Especialistas esclarecem algumas dúvidas sobre o vírus Zika e microcefalia*. Agência Fiocruz de Notícias (AFN). s/l, s/p. Opinião. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/especialistas-esclarecem-algumas-duvidas-sobre-o-virus-zika-e-microcefalia> . Acesso: 09 fev. 2025.
- CARNEIRO, Rosamaria.; FLEISCHER, Soraya Resende. 2018. “*Eu não esperava por isso. Foi um susto.*”: *conceber, gestar e parir em tempos de Zika à luz das mulheres de Recife, PE, Brasil*. Dossiê: Zika vírus: uma epidemia em/e seu mundo social. Interface: comunicação, saúde e educação. v. 22(66): 709-19. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832018000300709&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 8 jan. 2019.
- DERRIDA, Jacques. 2001. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro, Relume Damará.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 1913. Todas as opiniões: o regime presidencial II. *Diário de Pernambuco*, PE, 15 mai, 1913. n. 108. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/15992>. Acesso: 30 jul. 2019.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 1850. História do *cholera morbo*. *Diário de Pernambuco*, PE, 2 jab, 1850. Edição 000001 (1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_03/2. Acesso: 30 jul. 2019.
- DILLEY, Roy. 2010. *Reflections on knowledge practices and the problem of ignorance*. In: *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 16, Issue s1, p. 176-192, may. Special Issue: Making Knowledge. Disponível em: <https://ra.i.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9655.2010.01616.x>. Acesso: 30 ago. 2019.
- DOUGLAS, Mary. 1976. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva.
- FOUCAULT, Michel. 2008. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- FRANCO, Odair. 1969. *História da febre-amarela no Brasil*. Rio de Janeiro, GB-Brasil.



GUEDES et al. 2017. Response to: 'Lack of evidence for Zika virus transmission by Culex mosquitoes'. *Emerging Microbes & Infections*. v. 91, n. 6. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5658774/>. Acesso em: 8 jan. 2019.

KROKOVSK, Larissa.; et al. 2018. *Vigilância entomológica e isolamento viral de Dengue, Zika e Chikungunya em Mosquitos do gênero Aedes e Culex de Pernambuco*. Trabalho apresentado no 54º Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, 2018, Recife. Anais (Resumos) eletrônicos... Recife: SBMT, p. 2116. Disponível em: <http://www.adaltech.com.br/anais/medtrop2018/arquivos/todos%20os%20trabalhos.pdf>. Acesso: 10 jan. 2019.

LATOUR, Bruno.; WOOGAR, Steve. 1997. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro, Relume Damará.

LATOUR, Bruno. 2000. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo. Editora UNESP.

LATOUR, Bruno. 1994. *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro. Ed. 34.

LATOUR, Bruno. 2012. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador, EDUFBA, 2012; BAURU, São Paulo.

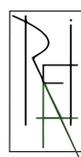
LEACH, James. 2012. *Leaving the Magic Out: Knowledge and Effect in Different Places*. In: *Anthropological Forum*, vol. 22(3): 251–270. Disponível em: <https://www.jamesleach.net/downloads/Leaving%20the%20Magic%20Out%20published.pdf>. Acesso: 30 ago. 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 2008. *Antropologia estrutural*. Tradução de Beatriz Perrone- Moisés. São Paulo: COSAC-NAIFY.

LUCA, Tania Regina de. 2008. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Eds.). *Fontes históricas*, pp.111-154. 2 Ed. São Paulo, Editora Contexto.

SILVA, Luiz Jacinto da.; ANGERAMI, Rodrigo Nogueira. 2008. *Víroses emergentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

Recebido em: 09/02/2025
Aprovado em: 02/07/2025
Publicado em: 12/08/2025



From cholera to Zika virus: notes on science and knowledge in times of crisis

Abstract: In a historical comparison, what are the differences between the Zika virus epidemic (2015-2016) at the beginning of the 21st century and the cholera epidemic at the end of the 19th and beginning of the 20th centuries? Nowadays, scientists from Fiocruz-PE, Instituto Aggeu Magalhães, give interviews to journalists in order to educate the population about the Zika virus and microcephaly, advising against anything that is not scientifically proven. Based on this historical comparison and reflecting on the results of a study that investigated how scientific facts were produced at the Instituto Aggeu Magalhães when the subject was the Zika virus, this paper proposes to discuss the relationship between knowledge and ignorance (agnoiology); science and ‘knowledge’ taking into account Latour’s symmetry proposal; problematizes the role of communicators (media, in this case) as ‘translators’ of science and, finally, the relationship between knowledge-power and archive, taking up some contributions from philosophers Michel Foucault and Jacques Derrida.

Keywords: cholera; Fiocruz; Preto Manoel; knowledge-power; Zika virus

Del cólera al virus del Zika: notas sobre ciencia y conocimiento en tiempos de crisis

Resumen: En una comparación histórica, ¿cuáles son las diferencias entre la epidemia del virus Zika (2015-2016) a principios del siglo XXI y la epidemia de cólera a finales del siglo XIX y principios del XX? Actualmente, científicos de Fiocruz-PE, Instituto Aggeu Magalhães, dan entrevistas a periodistas con el objetivo de informar a la población sobre el virus Zika y la microcefalia, desaconsejando todo lo que no esté científicamente comprobado. A partir de esta comparación histórica y reflexionando sobre los resultados de un estudio que investigó cómo se producían hechos científicos en el Instituto Aggeu Magalhães cuando el tema era el virus Zika, este trabajo tiene como objetivo discutir la relación entre conocimiento e ignorancia (agnoiology); ciencia y ‘conocimiento’ teniendo en cuenta la propuesta de simetría de Latour; problematiza el papel de los comunicadores (medios, en este caso) como ‘traductores’ de la ciencia y, finalmente, la relación entre conocimiento-poder y archivo, retomando algunos aportes de los filósofos Michel Foucault y Jacques Derrida.

Palabras clave: cólera; Fiocruz; Manuel Negro; conocimiento-poder; virus Zika.

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Esta licença permite compartilhar o material para fins não comerciais, desde que seja dado o devido crédito à obra original, sem modificações. Texto da Licença:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

